

O PODER DAS NAÇÕES NO VIRAR DO MILÉNIO



Nuno MiraVaz ()*
Coronel Reformado

Nunca foi fácil avaliar, por antecipação, o verdadeiro poder das unidades políticas. Por norma, este poder concretiza-se em contextos que tornam muito difícil prever as hipóteses de sucesso de determinada acção, ou antecipar a reacção do alvo que se pretende influenciar, ou ainda avaliar a quantidade de recursos que é preciso utilizar para atingir uma dada finalidade. Enquanto durou a Guerra Fria, esta avaliação parecia facilitada pela circunstância de os poderes nacionais estarem muito dependentes das flutuações da tensão Leste-Oeste e esta ter uma leitura estruturada. Durante esse período, atribuía-se ao *hard power* uma predominância decisiva e remetia-se o *soft power* para percentagens marginais, embora subsistisse uma margem de incerteza sobre esta repartição.

O fim da Guerra Fria veio alterar profundamente o ordenamento estratégico, ao introduzir um conjunto de novos actores ligados por novas regras de comportamento. Essa alteração impôs leituras diversificadas dos conflitos de interesses e interpretações mais subtis da prevalência relativa dos factores do poder de cada Estado. Um pouco antes, no início do terceiro quartel do século XX, já se começara a perceber que o paradigma estatal imposto por Morgenthau não permitia uma análise global e compreensiva das relações internacionais, sendo certo que estas ultrapassam em muito o quadro da acção inter-Estados. Como disse na altura Huntzinger, “a sociedade internacional transformou-se em transnacional, revelando-se como um sistema mundial de interdependências, de trocas e de influências recíprocas, no qual os Estados e os

(*) Docente na Academia Militar da disciplina de Sociologia Militar. Membro efectivo do CINAMIL – Centro de Investigação da Academia Militar.

Governos detêm um papel cada vez menos importante, ao passo que os indivíduos e as organizações adquiriram a capacidade de influenciar não só o próprio Estado, como também os Governos estrangeiros e as suas opiniões públicas”¹.

É sabido que a redistribuição do poder entre Estados, mercados e sociedade civil, subsequente à Guerra Fria, excedeu em muito o mero ajustamento conjuntural. Os Governos não perderam autonomia apenas no contexto da globalização económica, tendo sido forçados a partilhar poderes com uma grande diversidade de organizações internacionais e, por vezes, até com protagonistas de âmbito local, em domínios de natureza política, social e de segurança, que constituíam o cerne clássico da soberania. A democracia e o mercado livre jogam aí um importante papel. Mas outros desenvolvimentos nos campos da tecnologia – os computadores e a Internet, por exemplo - ou dos comportamentos sociais – como a “contra-cultura” que marcou o século XX europeu ou os actuais movimentos planetários de contestação às políticas económicas do G8, do FMI e da OMC - devem igualmente ser responsabilizados pelas alterações introduzidas nas últimas décadas na estrutura do poder mundial.

Esta movimentação acompanhou aquilo que muitos especialistas consideram um normal processo de transformação do sistema bipolar em unipolar, por assentimento tácito de todos os intervenientes. Outros, como Huntington, preferem falar de um sistema atípico - que designam por unimultipolar –, mais próximo duma hegemonia “unbalanced”, patente no diferencial de poder dos EUA em relação a todas as outras potências mundiais, de tal modo que a própria natureza do sistema internacional deve considerar-se hierárquica e não anárquica². Para alguns, esse diferencial é tão grande que já inspirou uma nova doutrina de emprego da força militar: o país só se envolve em operações militares se estiver certo de as resolver rapidamente, com recurso a capacidades esmagadoras que justificam expectativas de “baixas zero” para as suas tropas. Uma terceira corrente afirma, pelo contrário, que a potência directora foi forçada a repartir com os restantes Estados a responsabilidade sobre uma área de interesse comum que se alarga em função da globalização. E há ainda quem sustente a tese da co-responsabilidade com uma perspectiva contrária: foi a potência directora quem forçou a redefinição do conceito de “burden-sharing”, obrigando os “poderes-dependentes” a assumir uma parte mais significativa nos custos da sua própria segurança. A distinção entre as diferentes perspectivas não é fácil de descortinar,

¹ HUNTZINGER, Jacques, *Introduction aux Relations Internationales*, Paris, Editions du Seuil, 1987, p. 94

² Ver, por exemplo, LAÏDI, Zaki, *Power and Purpose after the Cold War*, Oxford, Berg Publishers Ltd, 1994, p. 12.

tanto mais quanto a actual política americana de “alianças flutuantes” provoca alinhamentos e desalinhamentos inesperados que perturbam a estabilidade do “balance of power”. Esta situação leva Zaki Laïdi a sugerir que o poder se gera na interacção dos actores e não em cada um individualmente, sendo os elementos ou os processos em curso que impõem as combinações, e não o contrário³.

Entretanto, a sociedade mundial tornou-se globalizada e interdependente, a democracia foi aumentando a sua área de implantação e a ecologia e os direitos humanos tornaram-se preocupações de segurança para toda a comunidade internacional. Na medida em que se alterou a natureza dos conflitos, também se constatou a necessidade de actualizar os métodos tradicionais de avaliação, tornando-os aptos a interpretar correctamente as dinâmicas da mudança. Deste modo, a reavaliação do poder tornou-se uma necessidade imperiosa.

Muitos especialistas consideram que as questões mais importantes no domínio da segurança e defesa deixaram de ser as ameaças externas à soberania, passando a ser as geradas no interior de cada sociedade. Esta visão entronca directamente na utopia do “fim da História” e na convicção de que o conflito entre unidades políticas se tornou obsoleto ou, no mínimo, improvável. A violência passaria assim de internacional a doméstica, e os riscos para a segurança adviriam das turbacões que afligem as sociedades nacionais e já não da competitividade contumaz do sistema internacional. Confirmando-se estas expectativas, os Estados passariam de adversários potenciais a parceiros inevitáveis, na luta contra uma nova panóplia de ameaças comuns a todos eles; e a avaliação do poder das unidades políticas far-se-ia no quadro das interdependências trazidas pela globalização.

Que quadro é esse? Philip Cerny fala de uma “intersecção dinâmica, quando não mesmo sinérgica, entre processos desiguais de internacionalização e transnacionalização, capazes de afectar não apenas cada Estado-Nação, mas o próprio sistema internacional no seu todo”⁴. O impacte da globalização no poder dos Estados seria especialmente visível em dois níveis. Na vertente interna, o Estado-Nação tornou-se mais permeável, e também mais vulnerável, aos referidos desenvolvimentos. Na vertente externa, regista-se a emergência de diversos actores não estatais, formando redes complexas em múltiplas camadas: indivíduos, grupos, associações, sectores

³ LAÏDI, Zaki, *Power and Purpose after the Cold War*, Oxford, Berg Publishers Ltd, 1994, pp. 21-22.

⁴ CERNY, Philip G., «Globalization and Disarticulation of Political Power: Toward a New Middle Ages?», in GOVERDE, Henri, CERNY, Philip G., HAUGAARD, Mark e LENTNER, Howard, (ed.), *Power in Contemporary Politics. Theories, Practices, Globalization*, London, Sage Publications, 2000, pp. 171

industriais e outros interesses diversos, tradicionalmente representados pelo Estado-Nação, começam a representar-se a si próprios, em domínios e áreas que escapam ao controlo do Estado. Desse modo, o sistema internacional deixa de ser orientado por “equilíbrios de poder” estabelecidos entre Estados, mas sim por um processo plurilateral de difusão e diversificação do poder no seio de um mais vasto leque de actores que se inter-relacionam no seio de estruturas mais complexas⁵.

Num estudo elaborado em 2000 pelo Centro Arroyo da Rand para o Governo dos EUA – *Measuring National Power in the Post-Industrial Age*, propõe-se que a avaliação do poder nacional incida sobre as perspectivas de articulação de duas capacidades interligadas: uma na ordem externa, representando a capacidade do Estado para intervir nos destinos do mundo, através da presença política, militar e económica; e outra na ordem interna, com o duplo significado de assegurar, por si ou em aliança, a preservação da identidade e da soberania, e também a capacidade para transformar os recursos disponíveis em instrumentos ao serviço das estratégias nacionais concretas.

A formulação utilizada pela Rand para avaliar o poder nacional, embora se mostre inspirada por uma visão realista do mundo, não hesita em actualizar o conceito realista tradicional, o qual foi exaustivamente teorizado entre nós por Abel Couto. Em primeiro lugar, a Rand propõe como factores integrantes dos recursos nacionais, *a tecnologia*, o segmento das *empresas*, os *recursos humanos*, os *recursos financeiros e de capital* e os *recursos físicos*, enquanto que a visão realista clássica sugere a *população*, o *território*, a *economia* e os *recursos naturais*. Em segundo lugar, moderniza o conceito de *capacidade nacional*, que considera serem “*os mecanismos que permitem aos países transformar o poder latente em formas tangíveis de poder utilizável*”⁶. Para além do vector militar, o documento dedica uma especial atenção aos constrangimentos externos, às capacidades das infra-estruturas e aos recursos ideológicos e programáticos de orientação da sociedade. Se compararmos esta acepção de *poder* com a de Abel Couto, encontramos diferenças sensíveis. Para Abel Couto – um neo-realista, ou realista moderado, como ele gosta de se apresentar, poder é o “*conjunto de forças de qualquer natureza, morais e materiais, que um actor pode utilizar, em circunstâncias determinadas, em apoio da sua estratégia*”; para a Rand, poder é “*a capacidade dum país para prosseguir*

⁵ CERNY, Philip G., «Globalization and Disarticulation of Political Power: Toward a New Middle Ages?», in GOVERDE, Henri, CERNY, Philip G., HAUGAARD, Mark e LENTNER, Howard, (ed.), *Power in Contemporary Politics. Theories, Practices, Globalization*, London, Sage Publications, 2000, pp. 171-172

⁶ VVAA., Rand's Arroyo Center Division Measuring National Power in the Postindustrial Age: Analyst's Handbook, (ISBN: 0-8330-2803-0), 2000, p.6.

objectivos estratégicos através de acções premeditadas”⁷. Na primeira visão, o poder é um **instrumento** ao serviço das estratégias e está sempre ligado a circunstâncias de tempo e lugar; para a Rand, é a **capacidade** de alcançar objectivos estratégicos e concretiza-se de modo continuado.

O estudo aponta alguns erros graves à forma tradicional de avaliar o poder nacional⁸. Primeiro, os avaliadores têm mostrado tendência para escalonar os diversos poderes nacionais de acordo com as suas capacidades militares. Em segundo lugar, recorre-se a uma enorme diversidade de fórmulas de avaliação e, em consequência, não existe um padrão para o número de variáveis consideradas, nem para a forma como elas se interrelacionam. Em terceiro lugar, muitas das fórmulas utilizadas só avaliam factores materiais, que combinam além disso de diferentes maneiras. Depois, continua a considerar-se cada país como um “contentor de recursos” que simplesmente se somam, sem cuidar de dissecar a sua estrutura e operacionalidade. A medida padrão para o factor económico, por exemplo, ou é o PIB ou a taxa de crescimento da economia; se não forem explicitadas a natureza das instituições sociais e a qualidade do relacionamento entre o Estado e a sociedade civil, a realidade fica deficientemente retratada. E por fim, é preciso ter presente que, na formulação do poder nacional, não pode separar-se a *vontade* das *capacidades*. Sem vontade não existe poder, mas a vontade de alcançar determinados objectivos, não basta. À vontade que quer realizar algo, tem que se somar a capacidade de realização.

A ideia de que é preciso ponderar criteriosamente todos os factores que convergem na formação do poder dos Estados não contém, em boa verdade, nada de novo. Todos os quadrantes ideológicos têm chamado a atenção para a necessidade de não sobrevalorizar sistematicamente o vector militar, explicando que, de acordo com as circunstâncias, a prevalência pode ser atribuída à economia, à diplomacia ou aos factores de natureza moral. A novidade reside na existência de uma superpotência com capacidade para utilizar o poder numa forma até aqui desconhecida. É indispensável ter isto presente, porque aquilo que é aplicável aos EUA não é necessariamente aplicável aos restantes países.

Se os EUA são invocados de forma isolada no estudo da Rand, é porque ocupam no mundo uma posição singular, resultante do facto de serem o protagonista

⁷ VVAA., Rand's Arroyo Center Division Measuring National Power in the Postindustrial Age: Analyst's Handbook, (ISBN: 0-8330-2803-0), 2000, p. 4

⁸ Diga-se também, em abono da verdade, que muitos dos erros aqui apontados – como seja a propensão para sobrevalorizar o factor militar – já foram detectados no passado, inclusive por autores realistas.

principal dum sistema internacional que não pode ser descrito pelos métodos tradicionais. No essencial, a Rand procura contextualizar um conjunto de características que ainda não se tinham reunido numa única unidade política, como sejam o poder de veto em todas as matérias que possam afectar os seus interesses vitais e a circunstância de a participação dos EUA se ter tornado indispensável ao sucesso de qualquer iniciativa internacional de dimensão significativa. Durante algum tempo, e embora os EUA dispusessem de capacidades para levar a cabo unilateralmente quase todo o tipo de intervenções na ordem internacional, raramente prescindiam – quanto mais não fosse no plano meramente diplomático - do apoio dos seus aliados mais importantes. Esta “dependência”, ainda que pudesse parecer estranha face ao poder esmagador detido pelos EUA, era compreensível: não só as instituições americanas mais representativas não mostravam empenho em gerir um “império mundial”, como a sociedade em geral recusava assumir os sacrifícios pessoais e financeiros de semelhante iniciativa. E além disso existia, ainda que inorgânico, por parte de muitas potências, um sentimento de oposição a que os EUA exercessem uma gestão hegemónica do mundo. Infelizmente, como se ficou a saber com a invasão do Iraque, a postura multilateralista tem vindo a ser substituída pela arrogância unilateralista.

Joseph Nye afirma que os EUA estão destinados a liderar o mundo, independentemente de o desejarem ou não, porque possuem uma mistura única de poder militar, económico e cultural. Nye argumenta, em favor da desigualdade relativa dos poderes, que ela pode ser fonte de paz e estabilidade no mundo: “a governança global só é possível se um Estado forte estiver disponível para exercer a liderança do sistema. Mas que diferencial de poder, e de que tipo, é necessário - ou tolerável, e por quanto tempo?”⁹ Nye tem consciência de que, se o país que

⁹ O conceito de *soft power* não designa apenas, como erradamente pode pensar-se, a parte do poder nacional que não possui potencialidades coercivas. Também não é apenas o contrário do *hard power*, o qual corresponde *grossa modo* ao conjunto dos recursos tangíveis, com destaque para os vectores económico e militar. O que o distingue definitivamente como componente do arsenal estratégico é que a sua influência sobre o alvo resulta não de uma qualquer acção específica, destinada a obter contrapartidas, mas sim do desejo que o próprio alvo manifesta de aderir a certos valores e símbolos que personificam a cultura do poder dominante. Como explica Nye, o *soft power* não deve ser visto como uma capacidade para influenciar outras unidades políticas, embora esteja à vista que ele representa uma fonte de influência: “afinal de contas, eu posso influenciar outrem através do uso de ameaças ou de recompensas. O *soft power* é mais do que simples persuasão ou habilidade para modificar comportamentos através de argumentação apropriada. É sobretudo habilidade para cativar, atrair e finalmente induzir a aquiescência ou a imitação”. Zaki Laïdi recorda, em apoio das teses de Nye, que não existe uma relação directa entre o poder militar ou económico e a influência dos actores na cena internacional. O nível da influência política dos EUA em Israel mantém-se em plano elevado, independentemente das variações e das circunstâncias em que se exerce o poder militar e económico americano. *(continua na página seguinte)*

lidera possuir soft power¹⁰ e se comportar numa forma que beneficia os outros, é provável que possa fazê-lo por muito tempo. Mas se, pelo contrário, se preocupar apenas com os seus interesses e usar o poder de forma arrogante, os outros países, mais cedo ou mais tarde, vão coordenar formas de escapar à hegemonia.

Para muitos observadores, o protagonismo dos EUA na cena internacional está a ser afectado por um processo deste tipo. Por um lado, o poder – não só militar, é bom que se entenda - dos EUA é tão desproporcionadamente grande quando comparado com o das outras potências, que lhes permitiria, se tal fosse necessário, avançar sozinhos para a invasão do Iraque, numa altura em que já estavam fortemente empenhados no Afeganistão. A vitória militar relâmpago sobre as forças militares iraquianas veio reforçar a sua convicção nas virtudes do ataque preemptivo e nas capacidades dos armamentos inteligentes. Mas bastaram poucos meses para pôr a nu as fragilidades do voluntarismo isolacionista, ainda quando poderosamente armado, na luta contra o terrorismo e contra as novas modalidades de guerrilha urbana. Isto no plano militar. No plano político, não só se reforçou o sentimento anti-americano do integrismo islâmico, como se avolumou o espaço da desconfiança recíproca entre as duas margens do Atlântico. O que parece dar razão a Sebastian Mallory, quando afirma que “o paradoxo do poder americano no final do milénio é que se revela demasiado grande para poder ser desafiado por outra potência, mas não é tão grande que lhe permita resolver problemas como o terrorismo transnacional ou a proliferação nuclear”¹¹.

O estudo da Rand veio iluminar um pouco melhor um domínio no qual realistas e idealistas têm durante décadas terçado armas sem grandes avanços teóricos. Mas “forjou” um conjunto de questões que estão à espera de resposta. Primeira: a nova “fórmula” representa um desenvolvimento da fórmula “realista”, ou distancia-se dela? Segunda: o modelo de avaliação proposto para os EUA é válido para os pequenos países como Portugal?

⁹ (continuação) Deve no entanto ter-se presente que, sendo embora tendencialmente complementar do hard power, o soft power não é utilizável pelo Governo da unidade política no mesmo grau do primeiro: “alguns vectores do hard power, como as Forças Armadas, estão na dependência total do Governo, outros são essencialmente nacionais (como os recursos petrolíferos ou de gás), e muitos outros podem ser colocados sob controlo governamental (como a capacidade industrial instalada, mobilizável em tempo de guerra). Os elementos do soft power, pelo contrário, escapam muitas vezes a este controlo”. E pode acontecer que certas empresas desenvolvam no estrangeiro estratégias comerciais desligadas, se não mesmo inconvenientes, para os interesses nacionais. (in NYE, Jr., Joseph S., «Limits of American Power», New York, Academy of Political Science, Political Science Quarterly, vol. 117, n.º 4, 2002-2003, pp. 552-554 e 557).

¹⁰ Idem, p.557

¹¹ Cit. por Walter A. McDougal, in “The National Interest”, Winter 2002/03, p.114.

A resposta à primeira pergunta exige que se averigue, antes de mais, se a tradição geopolítica, que valoriza o factor militar do poder e que relaciona as sedes deste poder com vários núcleos geográficos disseminados pelo planeta, mantém a sua validade no dealbar do século XXI. A dúvida radica na convicção de que, face às alterações do sistema internacional e à dimensão da mudança nos domínios económico e tecnológico, só é possível compreender correctamente a actual articulação do poder no mundo, através de uma perspectiva que se desligue dos constrangimentos colocados pela imobilidade da geografia.

Para Manuel Castells, o complicado puzzle de relações típico da idade da informação só pode ser entendido no contexto duma “sociedade-rede”, um sistema que é capaz de criar nexos e conexões onde do antecedente havia barreiras. Num mundo de satélites e de mísseis intercontinentais, “a noção de território perdeu significado e a velocidade, pelo contrário, ganhou importância: o espaço, hoje, relaciona-se com a electrónica e não com o território”¹². Alguns autores chegam mesmo a afirmar que as capacidades das novas tecnologias mudaram a tal ponto a importância da geopolítica, que a política contemporânea é mais bem apercebida enquanto ‘cronopolítica’ - um conceito no qual as noções de tempo e de velocidade substituem as de território e distância. Para outros, a “geoeconomia” já começou a substituir a geopolítica, não só porque o recurso à força militar se tornou excessivamente caro, mas também porque os objectivos de natureza económica passaram a ocupar um lugar central na escala de valores das sociedades desenvolvidas. E há ainda os que, como Christoph Bertram, chamam a atenção para o facto inexorável de a globalização da insegurança – veja-se como o “terrorismo catastrofista” ameaça todos os países ocidentais, independentemente da sua localização - arrastar a desvalorização das referências geográficas. Por uma ou outra via, a verdade é que a geopolítica perdeu estatuto como realidade de referência, tornando-se dependente da maneira como os *mass media* apresentam o quadro global e da circunstância de os acontecimentos e os lugares serem ou não focados, e com que frequência, pelas câmaras das televisões: quando a violência é servida diariamente, corre o risco de ser considerada epidémica.

É preciso também moderar o entusiasmo em que o fim da Guerra Fria mergulhou o mundo. O Ocidente tinha ganho a sua disputa com o comunismo e a globalização dos mercados prometia uma época de paz e de prosperidade nunca vista. A realidade subsequente não podia ser mais descoroçoante: as desigualdades

¹² DALBY, Simon, «Geopolitics, Knowledge and Power at the End of the Century», in TUATHAIL, Gearóid Ó, DALBY, Simon e ROUTLEDGE, Paul, (ed.), *Geopolitics*, New York e London, Routledge, 1998, p. 308.

“Norte-Sul” acentuaram-se, registou-se um incremento na criminalidade violenta, degradou-se o ambiente e assistiu-se a uma “epidemia” de guerras civis por motivos racionais e religiosos. A desilusão resulta, em grande parte, de se ter assumido, durante alguns anos, que a segurança do sistema internacional dizia respeito apenas às relações externas, quando já abundavam sinais de que passara a ser igualmente preocupação das jurisdições nacionais. Nessa época, também os idealistas sonhavam que o controlo sobre os armamentos nucleares das grandes potências poderia ser a chave para a paz universal. Hoje já se percebeu que, afinal, o processo estratégico de contenção nuclear levado a cabo pelas superpotências não impediu a proliferação dos armamentos de destruição maciça por parte dos *rogue states* e de certas organizações terroristas.

Uma maioria de idealistas acredita que a Internet já revolucionou as estruturas do poder mundial e acabará por eliminar toda a repressão no mundo. Outros observadores são mais prudentes. Sem negarem a pulsão democratizante da Internet – semelhante à que, no século XVI, se seguiu à invenção da imprensa e ao fim do monopólio das livrarias conventuais ou senhoriais, lembram que ela também pode servir de instrumento às forças da repressão. Veja-se o que acontece na China: se bem que tanto o Governo chinês como os membros da seita Falun Gong possam colocar na Net a sua propaganda, a verdade é que, enquanto o acesso aos *sites* do Governo é ilimitado, o acesso aos *sites* Falun Gong é dificultado de todas as maneiras possíveis.

As mais valias resultantes da conjugação da Internet com as tecnologias de informação são evidentes. Nos EUA, na última década, os ganhos de produtividade atraíram capitais de todo o mundo, a oferta de emprego cresceu, o mercado de capitais também. O prestígio associado aos avanços tecnológicos e ao sucesso económico influenciou por sua vez, de uma forma positiva, as iniciativas diplomáticas. No domínio militar, os “ganhos de produtividade” que a Internet carrou para a hiperpotência são por demais evidentes. Todavia, ao mesmo tempo que incrementam o *soft power* americano, os mercados globalizados também alimentam o ressentimento contra a América.

O modo de funcionamento do novo sistema internacional provocou, como não podia deixar de ser, uma rearticulação dos factores do poder, cabendo agora aos factores não militares uma expressão bem superior à que detinham no pós-Guerra Fria ou no período da dissuasão nuclear. Esse avanço começou por dizer respeito sobretudo à economia mas alargou-se rapidamente a domínios como a cultura, o Direito ou o respeito pelo ambiente.

Na linha da apreciação feita pela Rand, o poder de intervir nos assuntos do mundo está hoje ligado à prestação dos Estados nessas matérias. O que melhor caracteriza

este conceito de poder não é sua a composição, mas sim o peso específico atribuído aos diversos componentes. Formalmente, o novo enunciado tem uma inspiração idêntica aos anteriores e a mesma vocação para conferir expressão matemática generalizada a uma realidade multifacetada; mas os conteúdos apontam para finalidades diferentes.

Em primeiro lugar, a Rand está preocupada apenas com os rácios de poder entre os EUA e três ou quatro potências eventualmente antagonistas do primado americano e com grandes perspectivas de afirmação estratégica autónoma, como a China, a Rússia ou a União Indiana. Um observador atento conclui facilmente que a Rand não está interessada em determinar o poder da Islândia ou das Ilhas Fíjji.

Em segundo lugar, há uma presença muito mais forte da economia na nova fórmula. Embora não se equipare, ainda, em todas as circunstâncias, ao vector militar, o seu impacte passou de relevante a decisivo.

A capacidade para utilizar as novas tecnologias assume também uma relevância superior. Quando se diz que a capacidade nacional encontra expressão nos *mecanismos que permitem aos países transformar o poder latente em formas tangíveis de poder utilizável*, coloca-se a fasquia num nível que os pequenos países jamais poderão alcançar. Raciocínio idêntico terá de ser alargado à apreciação da capacidade militar, considerada a expressão da eficácia de combate e definida como *os recursos estratégicos mais a capacidade para converter as inovações tecnológicas em novos meios militares*. E o mesmo se diga da avaliação da capacidade dos países para dominar os ciclos de inovação económica em determinados períodos de tempo, algo que ultrapassa em muito as reais capacidades dum país pequeno e vulnerável como Portugal.

BIBLIOGRAFIA

GOVERDE, Henri, CERNY, Philip G., HAUGAARD, Mark e LENTNER, Howard, (ed.), *Power in Contemporary Politics. Theories, Practices, Globalization*, London, Sage Publications, 2000.

KEOHANE, Robert O. e NYE, Joseph S., *Power and Independence*, 2ª ed., N. York, Columbia University Press, 1989.

MANDELBAUM, Michael, *The Ideas That Conquered the World: Peace, Democracy, and Free Markets in the Twenty-First Century*, New York, PublicAffairs, 2002.

NEWSOME, Bruce, “Don’t Get Your Mass Kicked: A Management Theory of Military Capability”, Lancaster, Centre for Defence and International Security Studies, *Defense & Security Analysis*, Vol. 19, n.º 2, June 2003, pp. 131-148.

NYE, Jr., Joseph S., *The Paradox of American Power: Why the World’s Only Superpower Can’t Go It Alone*, New York, Oxford University Press, 2002.

WIJK, Rob de, «The Limits of Military Power», Cambridge, Mass., MIT Press, *The Washington Quarterly*, Winter 2002, vol. 25, n.º 1, pp. 75-92.

VVAA., Rand’s Arroyo Center Division, *Measuring National Power in the Postindustrial Age: Analyst’s Handbook*, (ISBN: 0-8330-2803-0), 2000.